



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) Nº 0600761-07.2022.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO CARLOS HORBACH

REQUERENTE: ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO, PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) - NACIONAL

IMPUGNANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

NOTICIANTE: RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ

Advogados do(a) REQUERENTE: GUILHERME FIGUEIREDO XARA - DF59786, RODRIGO SENNE CAPONE - DF38872, FERNANDA REIS CARVALHO - DF40167, RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO - DF15536, LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA - RJ0137677

Advogado do(a) NOTICIANTE: RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ - RJ130647-A

IMPUGNADO: ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO

Advogados do(a) IMPUGNADO: JULIANA BASTOS FRANCA DAVID - RJ216323, JOAO PEDRO COUTINHO BARRETO - RJ210903, RODRIGO SENNE CAPONE - DF38872, RODRIGO MAZONI CURCIO RIBEIRO - DF15536, LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA - RJ0137677, GUILHERME FIGUEIREDO XARA - DF59786, FERNANDA REIS CARVALHO - DF40167

DECISÃO

O Ministério Público Eleitoral (MPE) ofertou, em 18.8.2022, impugnação ao registro de candidatura de Roberto Jefferson Monteiro Francisco com pedido de tutela de urgência no sentido de, sem a oitiva da parte adversa, *“obstar que o candidato impugnado tenha acesso aos recursos públicos de campanha eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha e/ou Fundo Partidário)”* (ID nº 157938235).

No dia seguinte e em estrita análise do pedido de tutela de urgência formulado, deferi o pleito, tal como requerido, *“para determinar sejam, desde logo, obstados, para fins de utilização na campanha eleitoral do ora impugnado, os repasses de recursos públicos, sejam oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e/ou do Fundo Partidário, até ulterior deliberação quanto ao mérito deste requerimento de registro de candidatura”* (ID nº 157939452).

Vem agora o MPE, na data de hoje, novamente em sede de pedido liminar, *“requer[er] a extensão da tutela de urgência, a fim de obstar ao impugnado que realize propaganda eleitoral gratuita”* (ID nº 157975126).

Em leitura da petição trazida pelo vice-procurador-geral eleitoral, verifico, da mesma forma que o fiz quando da análise da tutela de urgência inicialmente formulada, que se encontram presentes os requisitos para o deferimento do pedido de extensão.

Como já salientei na decisão que agora se pretende ampliar, a incidência do art. 16-A da Lei nº 9.504/97, que franqueia ao candidato cujo registro esteja *sub judice* efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, encontra certo temperamento neste específico órgão de cúpula da Justiça Eleitoral, que confere interpretação e alcance mais limitado à disposição legal, conforme bem exposto no RCAND nº 0600903-50/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, PSESS de 1º.9.2018).

Nesse sentido, noto que a probabilidade do direito é comum tanto ao pedido originário quanto ao de sua extensão, uma vez que o impugnado foi condenado pelo STF na AP nº 470/MG pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, beneficiando-se do indulto concedido por intermédio do Decreto nº 8.615/2015, publicado em 24.12.2015, o que leva, em uma primeira análise, à conclusão no sentido da existência da hipótese de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, e, da LC nº 64/90, que se projeta por 8 (oito) anos, a contar da referida publicação.

Como exposto, tal raciocínio tem amparo em jurisprudência uníssona do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, conforme precedentes já colacionados: TSE, RMS nº 150-90/RJ, Rel. Min. Luciana Lóssio, *DJe* de 28.11.2014; TSE, ED-AgR-REspe nº 28949/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, PSESS de 16.12.2008; TSE, AgR-REspe nº 379-83/MG, Rel. Min. Luciana Lóssio, *DJe* de 28.3.2017; STF, AgR-segundo- EP nº 21/DF, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, *DJe* de 11.11.2019; STJ, AgR-RHC nº 66190/PR, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, *DJe* de 21.3.2019.

O perigo de dano, por sua vez – que havia sido evidenciado na liberação de verbas de natureza pública para subsidiar candidatura que, de pronto, revela-se inquinada de uma muito provável inelegibilidade –, também se encontra presente na espécie, pois, como bem exposto pelo MPE na petição com pleito de extensão, as formas de financiamento público das campanhas eleitorais não se resumem à distribuição de recursos, mas também envolvem a utilização de propaganda eleitoral gratuita.

Em que pese a nomenclatura, na linha do que decidido na ADI nº 5491/DF (Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 6.9.2017) e diante do disposto no art. 99 da Lei nº 9.504/97, há de se compreender que a propaganda eleitoral gratuita tem, sim, custos, justamente por isso as emissoras de rádio e televisão têm direito a compensações fiscais pela cessão dos horários, constatação que induz à inevitável conclusão de que as propagandas eleitorais no rádio e na televisão são um modelo de financiamento público, justamente o que se buscou obstar pela decisão que proferi e que agora é objeto do pleito de extensão.

Como bem exposto pela Procuradoria-Geral Eleitoral, “*não se trata de impedimento ao exercício de atos de campanha enquanto não decidida a situação jurídica do seu registro de candidatura pelo TSE, mas apenas de se evitar que, diante de uma circunstância que constitui evidente óbice ao direito de candidatura, o impugnado possa valer-se de recursos públicos – seja em espécie, seja no acesso ao horário eleitoral gratuito – para a divulgação de sua candidatura*” (ID nº 157975126).

Nesse sentido, presente a probabilidade do direito, aliada ao perigo de dano, sobretudo porque em curso o período de propaganda eleitoral gratuita, é o caso de acolhimento do pleito formulado.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de extensão formulado pelo Ministério Público para, tal qual requerido, obstar que o impugnado efetue propaganda eleitoral gratuita até ulterior deliberação quanto ao mérito deste requerimento de registro de candidatura, devendo o partido pelo qual lançada a candidatura em apreço (PTB Nacional) adotar as medidas necessárias ao cumprimento da presente decisão.

Intimem-se, com a máxima urgência, o candidato impugnado e o PTB Nacional.

Comunique-se o grupo único de emissoras de rádio e televisão para o cumprimento desta decisão, conforme art. 17 da Res.-TSE nº 23.706/2022.

Cumpra-se sem prejuízo da inclusão do feito na pauta de julgamento do dia 1º.9.2022.

Publique-se em mural eletrônico.

Brasília, 29 de agosto de 2022.

Ministro **CARLOS HORBACH**
Relator